

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO DE GRADUAÇÃO: Um Estudo Comparativo entre os Cursos de Gestão de Bacharelado e Tecnólogo

A NATIONAL SOLID WASTE POLICY AND GRADUATION EDUCATION: A Comparative Study between the Bachelor of Management Courses and Technologist

Fernando Dandaro ¹

Melissa Franchini Cavalcanti-Bandos ²

¹ FATEC – Faculdade de Tecnologia de Franca-SP
fdandaro@hotmail.com

² Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca
melissafcb@gmail.com

RESUMO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem o intuito de normatizar, dar diretrizes, metas e ações para a gestão integrada dos resíduos sólidos, que deverão ser colocadas em prática por meio de profissionais que atuam nas diversas organizações privadas, públicas e também pela sociedade civil. Assim, é de extrema necessidade que os futuros gestores tenham conhecimento sobre o teor frente às exigências da PNRS, suas responsabilidades de cunho ambiental e sua tendência para a sustentabilidade. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparativo entre dois cursos de graduação da área de gestão empresarial nas modalidades bacharelado e tecnólogo, identificando o grau de conhecimento dos futuros profissionais em relação à PNRS, responsabilidade social e sustentabilidade. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados são: pesquisa bibliográfica e de campo de caráter exploratória e análise quanti-qualitativa. Tal estudo justifica-se pela visibilidade do tema atualmente, assim como a necessidade de uma visão sistêmica por parte dos discentes em sua formação, para que possam atuar eficientemente no contexto organizacional. A pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2013 com 44 concluintes dos cursos de bacharelado e tecnólogo, sendo o primeiro em uma instituição privada do município de Sertãozinho-SP e o segundo de uma instituição pública da cidade de Franca-SP; e que hoje já estão atuando no mercado de trabalho. Assim foi possível verificar o grau de conhecimento dos entrevistados em relação ao seu entendimento sobre responsabilidade ambiental, sustentabilidade e a PNRS.

Palavras-Chave: Política Nacional de Resíduos Sólidos, Educação; Cursos de Graduação. Formação.

ABSTRACT

The National Solid Waste Policy (PNRS) aims to standardize, give guidelines, goals and actions for the integrated management of solid waste, which should be put into practice by professionals working in various private, public and also by civil society. Thus, it is of utmost necessity that future managers are aware of the content front the requirements of PNRS, its environmental responsibilities nature and its tendency to sustainability. Therefore, this paper aims to conduct a comparative study between two undergraduate courses of business management area in BA modalities and technologist, identifying the level of knowledge of future professionals regarding PNRS, social responsibility and sustainability. Therefore, the methodological procedures used are: literature and exploratory character field and quantitative and qualitative analysis. This study is justified by the subject of visibility today, as well as the need for a systemic view by the students in their training so that they can act efficiently in the organizational context. The survey was conducted in November 2013 with 44 graduates of bachelor's and technologist courses, the first in a private institution in the city of Sertãozinho-SP and the second in a public institution in the city of Franca, Brazil; and today are already working in the labor market. Thus it was possible to verify the degree of knowledge of the respondents in relation to their understanding of environmental responsibility, sustainability and PNRS.

Keywords: National Solid Waste Policy, Education; Undergraduate courses. Formation.

INTRODUÇÃO

Cuidar do meio ambiente não é apenas uma tarefa exigida por lei, mas sim uma nova concepção humana, de filosofia de vida que deve estar presente nas ações da sociedade como um todo.

O novo modelo de vida adotado na modernidade, principalmente após a globalização, promoveu uma padronização das culturas evidenciando parâmetros ligados a cada dia a um consumo de maior escala, especialmente de produtos industrializados e de baixo valor agregado. Vive-se um tempo em que se valoriza o imediatismo, onde tudo é descartado, mesmo que pudesse ser aproveitado; gerando conseqüentemente uma impacto em relação as pessoas e ao meio ambiente, seja no desperdício ou na geração excessiva de resíduos sólidos.

Uma proposta para minimizar esses impactos é a utilização da Educação Ambiental como forma de sensibilização, orientação e que funcione como instrumento de mudança e/ou controle social. Tal instrumento também é prioritário na concepção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS- Lei 12.305/2010 com a intenção de normatizar, dar diretrizes, metas e ações para a gestão integrada e gerenciamento dos resíduos sólidos, que deverão ser colocadas em prática por meio de gestores que atuam nas diversas organizações privadas, públicas e que também influenciam diretamente as ações da sociedade civil.

Neste sentido, faz-se necessário que os currículos dos cursos de gestão, especialmente do ensino superior, abordem questões ligadas a responsabilidade ambiental e também sobre as intenções e finalidades da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, contribuindo significativamente para a formação de gestores socioambientalmente responsáveis com o futuro em termos de sustentabilidade.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo realizar um estudo comparativo entre dois cursos de graduação da área de gestão nas modalidades bacharelado e tecnólogo, identificando o grau de conhecimento dos futuros gestores em relação à PNRS, responsabilidade social e sustentabilidade. Para tanto, foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa

bibliográfica de caráter exploratória e a campo de caráter descritivo com aplicação de questionários em dois cursos, nas modalidades bacharelado e tecnologia obtendo dados como subsídio para uma análise quanti-qualitativa.

A pesquisa percorre uma revisão literária a partir da concepção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, destacando a Educação Ambiental como instrumento de mudança social, conceitua os aspectos de sustentabilidade e apresenta a pesquisa de campo com os resultados sobre a concepção de responsabilidade ambiental, sustentabilidade e o entendimento da PNRS por parte dos formandos.

A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)

Muitas foram às preocupações acerca do meio ambiente e seus impactos, que influenciaram discussões nas últimas décadas do século XX, exigindo a formulação de políticas adequadas, mas que só estão sendo institucionalizadas após a primeira década do século XXI.

No Brasil, a legislação ambiental tem seu marco com a Política Nacional de Meio Ambiente de 1981, que dentre outras coisas já previa a avaliação do impacto ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Também nesta direção a Constituição Federal de 1988, determina a realização de estudo prévio de impacto ambiental. Estes marcos internos no Brasil são frutos de um movimento mais amplo de proporções mundiais, chegando aos dias atuais com a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos publicada no ano de 2010 (BRASIL, 1998; PNMA-LEI Nº. 6.938, 1981; PNRS-LEI Nº 12.305, 2010).

Silva Filho e Soler (2013, p. 15) complementam que:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída por meio da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro do mesmo ano. Esses diplomas normativos impuseram aos setores privado e público, bem como à sociedade, uma nova dinâmica de ações, medidas e procedimentos de gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos.

O mesmo autor, ainda dispõe que as implicações jurídicas, técnicas e institucionais relacionadas à gestão de resíduos são assuntos tratados nas agendas recentes, impulsionando uma verdade revolução nos modos de produção, gestão pública e cultura cidadã em prol do desenvolvimento sustentável.

Contudo, a PNRS tem sua espinha dorsal na temática da sustentabilidade como forma de desenvolvimento local ou regional, e pressupõe que, a tomada de consciência sobre o papel ambiental, econômico, social e político que cada cidadão desempenha em sua comunidade é fundamenta para garantir a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro, a partir de uma visão sistêmica, integrada e compartilhada.

Para a aplicação e alinhamento das ações propostas pela PNRS, a sociedade deve contribuir com suas responsabilidades que só poderão ser potencializadas com a efetiva participação.

Responsabilidade requer liberdade. Assim, o argumento do apoio social para expandir a liberdade das pessoas pode ser considerado um argumento em favor da responsabilidade individual, e não contra ela. Ter efetivamente a capacidade e a liberdade de para fazer alguma coisa impõe a pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade (SEN, 2010).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos define em seu Art. 3º, inciso VI – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos

resíduos sólidos (PNRS-LEI Nº 12.305, 2010). Sendo a Lei 12.305 de 2010, uma política pública que visa à gestão integrada destes resíduos, esta enquanto política pública estabelece o controle social como um mecanismo da sociedade civil para participar de sua gestão e dessa forma reconhece o controle social enquanto seu princípio no Art. 6º, inciso X sendo “o direito da sociedade à informação e ao controle social”, que é considerado por Sen (2010, p. 20), como uma forma de desenvolvimento, visto que:

a liberdade de troca de palavras, bens ou presentes não necessita de justificação com relação a seus efeitos favoráveis, mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade.

Diante dessa afirmação, pode-se considerar esta situação como um meio de promoção ao desenvolvimento social, que garantem melhores condições de vida a comunidade local, sendo este um processo que vai de encontro com as propostas de desenvolvimento regional.

Sen (2010), refletindo sobre a capacidade dos indivíduos em promover uma transformação em sua realidade, afirma que aprecia a força da idéia de que as próprias pessoas devem ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem, pois como pessoas que vivem juntas; não podemos escapar à noção de que os acontecimentos que ocorrem em nossa volta são essencialmente problemas nossos e, portanto, responsabilidades nossas.

Assim, atuar com responsabilidade é participar dos processos e ações propostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos de forma efetiva, promovendo uma mudança entendida como desenvolvimento social.

Ao indagar sobre participação, teve-se ter em vista a conduta de tomar parte de alguma coisa, agir em conjunto. Nesta perspectiva Fiorillo (2010) *apud* Bechara (2012), apresenta dois elementos fundamentais para efetivação dessa ação em conjunto: a informação já abordada anteriormente como responsabilidade social e a educação ambiental, como controle social. Ambos entendidos como mecanismos de atuação que funcionam numa relação de complementaridade.

Considerar a responsabilidade social de forma individual não garante a estratégia de aplicação da PNRS, visto que toda ação social necessita de um controle para manter seus aspectos de efetividade e promover mudanças. Silva Filho e Soler (2013), afirmam que mesmo o Brasil já possuindo uma Política de Educação Ambiental pela Lei nº 9.795/1999, na prática ela não tem sido aplicada de forma ampla em todo território nacional. As questões ligadas a educação ambiental ainda estão num patamar muito rudimentar, carecendo de uma revisão de conceitos, princípios e métodos para que se atinja a almejada efetividade e real inserção na grade curricular das diversas etapas e esferas do ensino. Já no âmbito da PNRS, a Educação Ambiental tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionado com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos.

Assim, a Educação Ambiental pode funcionar como controle para as questões ambientais e de sustentabilidade, que juntamente com as intenções da PNRS poderão influenciar a formação de novos gestores e conseqüentemente uma cultura inovadora, preocupada com as questões de responsabilidade ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A PNRS

A educação ambiental é estabelecida como parte do instrumental da PNRS para promover a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos. Como instrumental, a educação ambiental possui assim um caráter social que promove a conscientização ambiental do indivíduo, assim como lhe oferece condições para sua participação ativa no controle social da política.

A Política Nacional de Educação Ambiental define esta questão da seguinte maneira:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, 1999, Art. 1º).

Percebe-se, a partir do exposto, que a educação ambiental é instrumental primário para que se possa exercer o controle social sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cabe, neste momento, abordar o controle social referenciado de acordo com a concepção de Sen (2010), considerando que este processo não é uma questão de ter regras sobre como exatamente devemos agir, e sim, de reconhecer a relevância de nossa condição humana comum para fazer as escolhas que nos apresentam. Várias economias do desenvolvimento também salientam a importância da liberdade de escolha como um critério de desenvolvimento. Santos e Japiassú (2009), dispõe que a educação é um processo intencional de formação do sujeito, e neste é possível a construção de uma nova forma humana de pensar e de agir que se materializarão na forma de condutas e posturas éticas de alunos, professores e de toda a sociedade.

As práticas de educação ambiental são por si só, um grande avanço neste sentido, pois buscam melhorar individual e coletivamente as práticas em relação as suas escolhas ao meio ambiente. Isto significa que elas dão uma nova percepção às práticas cotidianas dos indivíduos em relação à produção e disposição dos resíduos.

Segundo Bagnolo (2010), poucos questionam a veracidade dos problemas ambientais, poucos duvidam da necessidade de preservação do ambiente natural ou da promoção do desenvolvimento sustentável, e todos são unânimes na afirmação de que a educação ambiental é uma estratégia eficaz para a emergência de uma nova consciência, pautada nas necessidades ambientais.

Assim, preparar os profissionais para dar respostas às necessidades socioeconômicas crescentes da sociedade torna-se um desafio frente as mudanças que acontecem rapidamente, neste sentido Aligleri et al (2009, p. 189) complementa que:

neste novo tempo, os gestores e as instituições têm o importante papel de educar para elevar o nível de vida, criar sentido mais forte de responsabilidade em relação ao meio ambiente, preocupar-se com questões éticas, avivar o entusiasmo e a vontade de viver juntos, aceitar e tolerar as diferenças e enfrentar as dificuldades no desenvolvimento da sociedade.

Dentre todos os desafios, a educação ambientalmente adequada dos futuros gestores é indispensável para que as organizações impulsionem um agir diferenciado que inclua a preocupação com as pessoas, recursos e políticas públicas, como é o caso da PNRS.

De acordo com Bechara (2013), dentro das disposições da PNRS, há um processo de responsabilidade compartilhada que tem como foco o “consumo consciente”, sendo este também

uma forma de educação ambiental, aplicada na medida em que os mercados produtores são estimulados pelas demandas geradas pelo consumidor (sociedade). Neste sentido Santos e Japiassú (2009), dispõe que a educação ambiental faz se necessário principalmente quanto a conduta humana em relação ao meio ambiente; assim, se o homem pautar suas ações em posturas éticas mínimas, respeitando a natureza, utilizando racionalmente os recursos por ela disponibilizados, gerando tecnologias alternativas e menos agressivas, possivelmente não ocorrerão tantos impactos ao meio ambiente.

Esse cenário só poderá ser transformado com a inserção de conteúdos sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade, que somados as intenções e finalidades da PNRS e aplicados aos currículos do ensino superior, em especial aos cursos de gestão influenciaram posturas éticas e saudáveis por parte de gestores organizacionais, frente as questões ligadas ao meio ambiente.

Assim, a informação no processo de educação ambiental aparece como elemento chave de um novo modo de produção voltado para um moderno paradigma de cunho sustentável. Aligleri et al (2009), dispõe que um dos desafios mais relevantes para as instituições de ensino formadoras de gestores é capacitar os futuros profissionais para entender a inter-relação entre responsabilidade socioambiental e desempenho organizacional satisfatório, isto é, saber interpretar e modificar o comportamento das organizações.

Assim:

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (JACOBI, 2003, p. 193).

Os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo. Contudo, deve-se levar em consideração a relevância que os serem humanos têm para o bem estar e a liberdade e, principalmente sobre o seu papel como influenciador de mudança social e produção econômica para um cenário mais propício para as responsabilidades ambientais.

A participação em massa da sociedade deve ser efetiva e criativa, em uma verdadeira união de esforços em torno da garantia do desenvolvimento sustentável, que permitirá a região e ao país continuar a crescer, com qualidade ambiental e que garanta a sadia qualidade de vida para as pessoas.

Silva Filho e Soler (2013), complementam que a responsabilidade compartilhada entre setor privado, público e a sociedade, assume papel de primordial importância para a consecução de seus objetivos e para a efetivação da sistemática nela prevista, que visa harmonizar essa relação para viabilizar a implantação de uma concepção de responsabilidade ambiental e sustentabilidade.

Em fim, vivemos em uma sociedade que conseguiu ignorar a mais fundamental de todas as questões, que é sua própria sustentabilidade, ou seja, as próprias condições de possibilidade do futuro humano. Portanto, os problemas do meio ambiente foram criados pelos homens e deles terão de vir soluções (SANTOS; JAPIASSÚ, 2009).

Pode-se considerar que a possibilidade de solução só será permitida a partir do momento que a sociedade e, em especial, os gestores que detém poder de decisão e conseqüentemente promovem a mudança nas organizações, possuam condições em termos de conhecimento,

sensibilização e uma aguçada concepção das reais necessidades ambientais. Tais condições só poderão ser colocadas em práticas se os cursos de graduação, principalmente os de formação de gestores, trabalharem estes aspectos garantindo uma formação completa em relação aos aspectos de responsabilidade ambiental, sustentabilidade e o conhecimento da PNRS.

O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GESTÃO DE BACHARELADO E TECNOLOGIA: Um Enfoque para a Responsabilidade Ambiental, Sustentabilidade e PNRS.

Para cumprir o objetivo do presente artigo de um estudo comparativo entre dois cursos de graduação da área de gestão nas modalidades bacharelado e tecnólogo, identificando o grau de conhecimento dos futuros gestores em relação à PNRS, responsabilidade social e sustentabilidade, a pesquisa foi organizada a partir de alguns métodos de pesquisa. Assim, pode-se definir método como o caminho para se chegar a determinado fim, neste sentido, o método científico seria o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento (GIL, 2010).

Para tanto, o primeiro método é o levantamento bibliográfico de caráter exploratório destacando as possibilidades de educação ambiental e sua necessidade de aplicabilidade na educação superior, bem como os assuntos de maior pertinência.

De acordo com Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, ela oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não cristalizaram suficientemente.

Após o término da primeira etapa da pesquisa, foi possível iniciar a pesquisa de campo por meio do segundo método de pesquisa que é a aplicação de questionário.

A coleta de dados é uma importante tarefa na pesquisa, e envolve diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta. Dessa forma, os dados da pesquisa serão coletados por meio de questionário que é entendido como um instrumento de pesquisa. Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas à pessoa com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos como é o caso desta pesquisa (CERVO; BERVIAN, 2002; GIL, 2010).

De acordo com Marconi e Lakatos (2011), junto ao questionário deverá ser enviado um texto explicando a natureza da pesquisa, sua importância e necessidade de obter respostas, tentando dessa forma, despertar o interesse do recebedor no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro do prazo.

Neste sentido, a pesquisa de campo foi realizada no período de 25 a 29 de novembro de 2013 aplicada diretamente pelo pesquisador, onde foi possível fazer a explicação sobre a finalidade da pesquisa em duas turmas do último ano dos cursos de gestão. Sendo um curso de Administração na modalidade bacharelado na cidade de Sertãozinho-SP com quarenta alunos, sendo que apenas 22 responderam o questionário; e o outro curso é de Gestão da Produção Industrial na modalidade de tecnologia da cidade de Franca-SP com trinta e cinco alunos, onde apenas 20 responderam o questionário. Ambos os cursos ofertam a disciplina de Gestão Ambiental; e todos que responderam a pesquisa já haviam cursado esta disciplina.

A aplicação do questionário possibilitou identificar se o assunto responsabilidade ambiental e sustentabilidade foi abordado e se houve conhecimento por parte do aluno sobre a PNRS. Os dados obtidos possibilitaram uma análise quanti-qualitativa que de acordo com Severino (2007), estas abordagens referem-se ao conjunto de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas

Enquanto o método quantitativo mensura o objeto, o método qualitativo mensura suas categorias e atributos, tais como: qualidade, relação, ação, paixão, dor, amor, hábitos, atitudes, prazer e preferências, entre outras variáveis (OLIVEIRA, s/d). Assim, este método possibilitar ir além da interpretação da pesquisa de cunho social, que se enquadra perfeitamente na necessidade desta pesquisa.

Os dados obtidos foram analisados e traduzidos em resultados que são apresentados a seguir.

RESULTADOS DA PESQUISA

Tendo como foco a investigação acerca dos assuntos abordados em relação à responsabilidade ambiental e sustentabilidade e o conhecimento da PNRS, foram aplicados questionários com apenas 3 questões que tiveram o seguinte intuito: duas questões para a discussão da problematização da pesquisa e, uma para elucidar em termos qualitativos a satisfação do formando.

Assim, os resultados apresentaram as seguintes análises.

Para que fosse possível compreender o quanto os formandos conhecem sobre meio ambiente e sustentabilidade, a 1ª questão teve a seguinte indagação: **Como você avalia a orientação recebida durante o curso sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade?**. Assim, na Figura 1, que segue pode-se verificar uma grande diferença de concepções entre os cursos de bacharel e tecnologia.

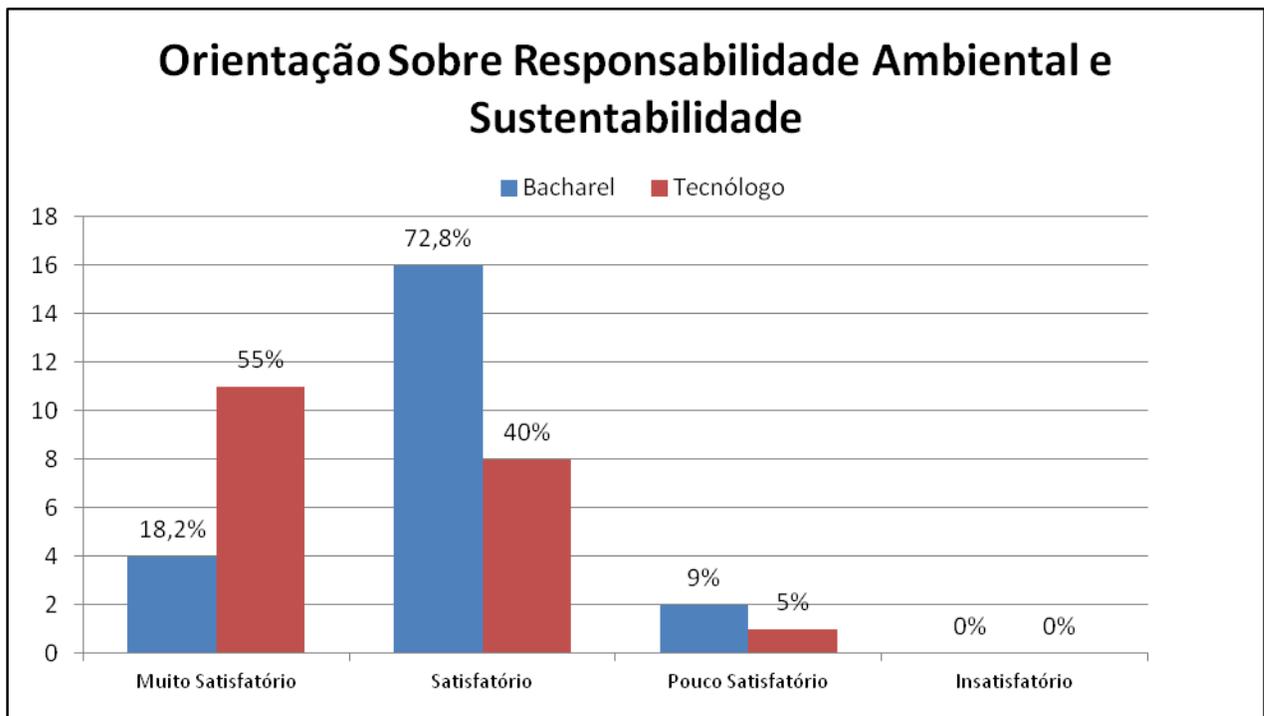


Figura 1: Gráfico sobre a Orientação recebida no curso em relação as questões de responsabilidade ambiental e sustentabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor

É possível visualizar que os formandos do curso de Tecnologia estão mais satisfeitos com as orientações recebidas sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade, visto que 95% apresentaram que as orientações foram satisfatórias ou muito satisfatórias e apenas 5% ficaram poucos satisfeitos. Já o curso de Bacharelado apresentou que 91% estão satisfeitos ou muito satisfeitos e 9% alegaram estar pouco satisfeitos.

Portanto, nesta questão percebe-se uma aproximação da concepção de ambos os cursos sobre a orientação recebida durante sua formação a respeito de responsabilidade ambiental e sustentabilidade.

Para identificar o grau de conhecimento dos formandos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a questão 2ª, teve a seguinte abordagem: **Qual o seu nível de conhecimento sobre a PNRS, Lei nº 12.305/2010?**. Contudo foram obtidas as respostas que segue na Figura 2.

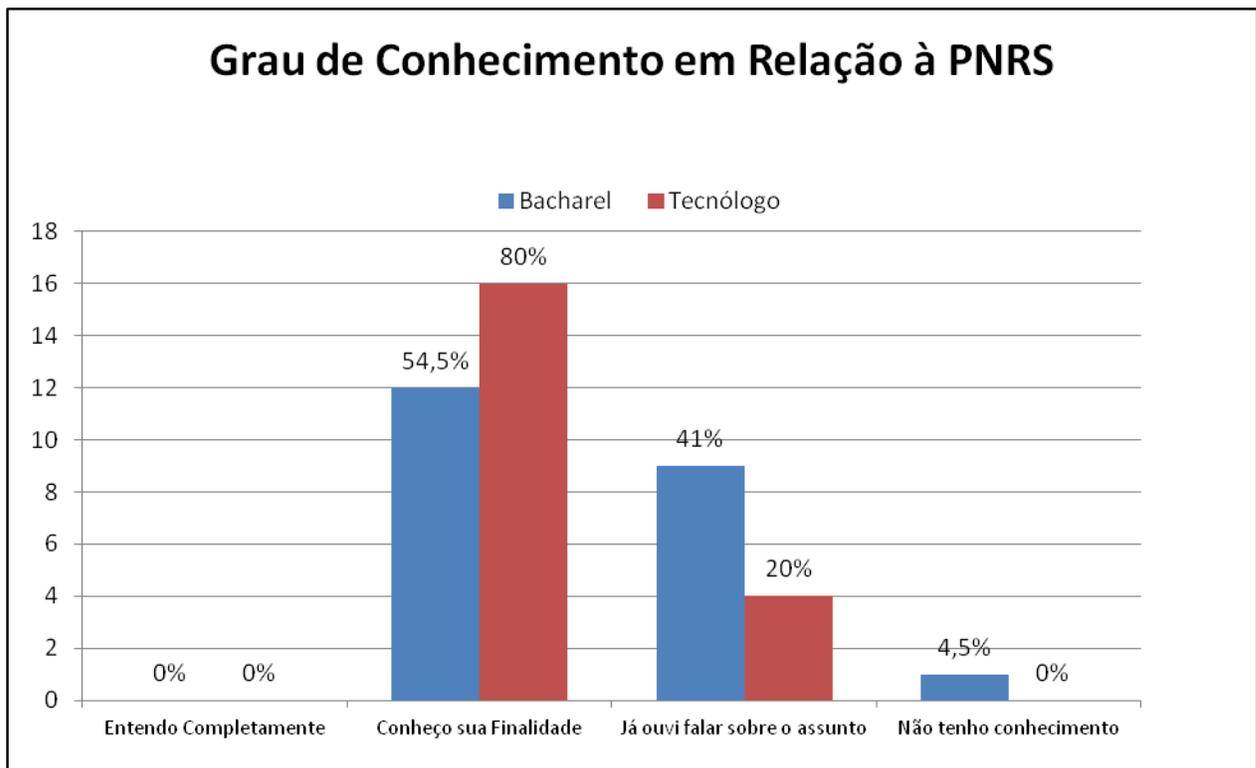


Figura 2 – Gráfico sobre o Grau de Conhecimento da PNRS

Fonte: Elaborado pelo autor

Diante dos resultados apurados, nota-se que em nenhum curso os formandos entendem completamente sobre a PNRS e que no curso de tecnologia 100% dos formandos já tiveram contato com essa legislação, sendo que 80% conhecem sua finalidade. Já o curso de Bacharelado nem todos conhecem o teor da PNRS, pois apenas 54,5% responderem conhecer a finalidade da respectiva legislação, 41% já ouviu falar e 4,5% não tem conhecimento.

Neste sentido, é possível identificar uma distinção do conhecimento da PNRS entre os cursos de bacharelado e tecnologia, sendo que o ultimo, possui formandos com maior conhecimento sobre o assunto referente à PNRS.

A 3ª pergunta indagou o **Quanto às expectativas de formação profissional promovido pelo curso foi atendido em sua concepção**. E neste quesito de satisfação sobre a formação profissional também houve respostas contrárias aos entrevistados em ambos os cursos, conforme dispõe a Figura 1.

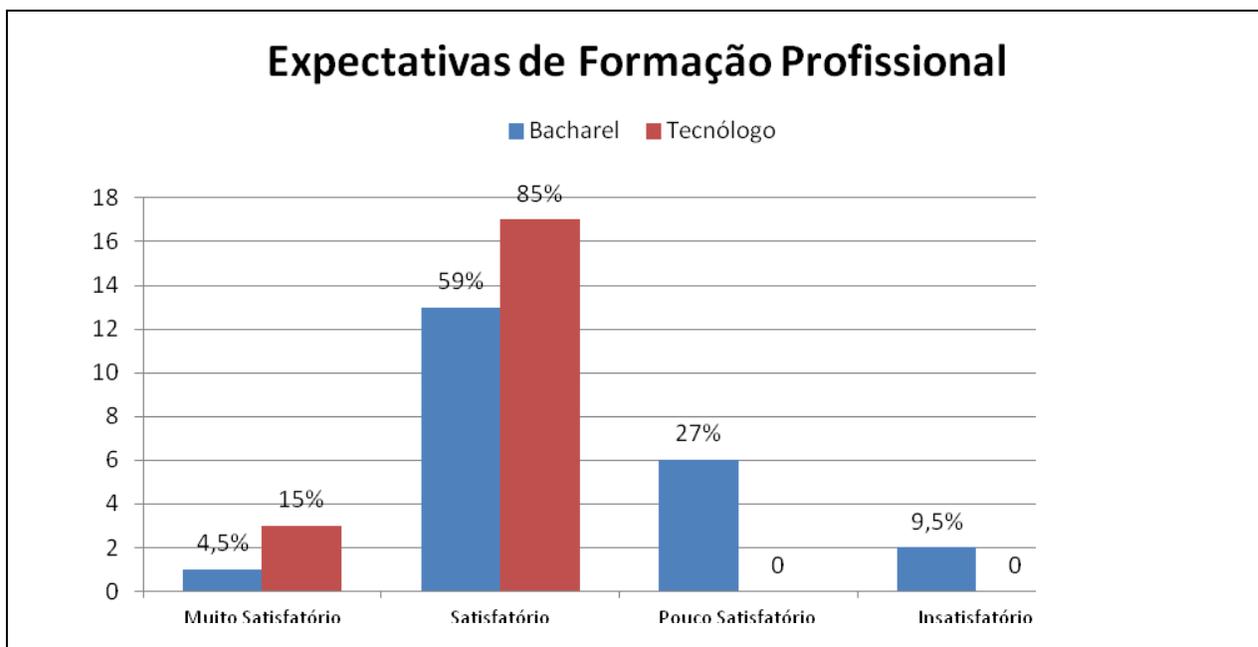


Figura 3 – Gráfico sobre as Expectativas de Formação Profissional

Fonte: Elaborado pelo autor

O curso tecnólogo atendeu de forma muito gratificante as expectativas de formação profissional dos seus formandos, pois 100% dos entrevistados responderam estar muito satisfeito ou satisfeito, contra 44,% dos entrevistados do curso de bacharel, sendo que no mesmo curso 27% afirmaram ser pouco satisfatório e 9,5% apresentou como insatisfatório. Alguns comentários do curso de bacharel manifestaram que o curso ficou aquém do esperado, faltando aulas práticas em algumas disciplinas, o que não ocorre no curso tecnólogo. Os entrevistados do curso de bacharel também relataram que considerando os problemas nas questões econômicas regionais, o curso atendeu as necessidades de forma possível, sendo está uma opinião contrária aos entrevistados do curso tecnólogo, que afirmam ter boas condições regionais para a promoção do curso.

CONCLUSÃO

As pesquisas e discussões realizadas neste artigo foram no intuito de elucidar a importância da responsabilidade ambiental, sustentabilidade e identificar o grau de conhecimento da PNRS entre os cursos de gestão, fazendo uma análise comparativa entre duas modalidades, a saber: bacharelado e tecnólogo.

Após as análise dos dados pode-se considerar que o curso da modalidade de tecnologia apresenta maior absorção dos conteúdos sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade, abrangendo 95% do total de alunos, porém, com uma pequena diferença em relação ao curso de bacharelado, apenas 4%. Sobre o conhecimento da PNRS, percebe-se que 100% dos formandos do curso de tecnologia manifestaram conhecê-la, contra 95,5% dos alunos da modalidade bacharelado.

Considerando que o curso de tecnologia tem um caráter de trabalhar as disciplinas de uma forma mais específica, com enfoque prático e direto; esta concepção pode ser um fator

influenciador para o resultado apurado em relação ao curso de bacharelado, que consiste em uma abordagem mais abrangente de suas respectivas áreas.

Ainda sim, pode-se perceber que em relação as expectativas o curso de tecnologia atendeu por completo, ou seja, 100% dos resultados apresentaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o curso. No curso de bacharelado este cenário não é tão favorável, pois apenas 63,5% estão satisfeitos ou muito satisfeitos e, conseqüentemente 36,5% não estão satisfatório.

Nota-se então que os formandos do curso de tecnologia estão mais preparados em relação as responsabilidade ambiental e conhecimento da PNRS, bem como estão em sua totalidade, satisfeitos em relação com a educação recebida pelo curso.

REFERÊNCIAS

ALIGLERI, L. et al. **Gestão Socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio.** São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1998.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm>. Acesso em: 20/12/2012.

BECHARA, E. (org.) et al. **Aspectos Relevantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010.**São Paulo: Atlas, 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, C. dos S. **Metodologia Científica, Planejamento e Técnicas de Pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano.** 2. ed. São Paulo: Universidade Ibirapuera, s/d.

PNRS, POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em 03/02/2013.

PNEA, POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 20/12/2013.

PNMA, POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em 20/12/2013.

SANTOS, A. P. R. S. O.; JAPIASSÚ, M. C. T. **Ética Ambiental**: a atitude humana em debate. Maceió:EDUFAL, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA FILHO, C. R. V. da.; SOLER, F. D. **Gestão de Resíduos Sólidos**: o que diz a lei. 2. ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2013.

Recebido para publicação em 05 de abril 2015
Aceito para publicação em 21 de julho de 2015